



TERMO DE ENTREGA, firmado entre **SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**, do Ministério da Economia e **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ – SR/PF/PI**, do imóvel situado na Avenida Presidente Kennedy, S/N, Lote “D”, bairro Socopo, município de Teresina-PI, RIP utilização 1219 00390.500-3, conforme processo administrativo nº 10154.150921/2020-74:

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de 2020, na Superintendência do Patrimônio da União no Piauí, situada na Rua Almirante Gervásio Sampaio, 685, Bairro Centro, CEP 64200-250 - Parnaíba/PI, compareceram partes entre si justas e acordadas, a saber: de um lado, como **OUTORGANTE** do presente instrumento, a **UNIÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO** do Ministério da Economia, representada neste ato de acordo com o disposto a Portaria nº 83, de 29 de junho de 2010, publicada em 30/06/2010 no Diário Oficial da União nº 123, Seção 2, páginas 75 e 76, pelo Superintendente do Patrimônio da União no Piauí – SPU/PI, Senhor Marcelo Barbosa de Moraes, CPF nº 935.703.037-04, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado em Parnaíba – PI, nomeado por meio da Portaria Nº 10.183, de 11/11/2019, publicada no Diário Oficial da União nº 220, Seção 2, de 13/11/2019, e de outro lado, como **OUTORGADA**, a Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí, neste ato representada pela Superintendente, Senhora Mariana Paranhos Calderon, brasileira, portadora da Carteira de Identidade 287.925.614 SSP-SP e do CPF/MF nº 269.059.868-01, domiciliada em Teresina-PI, nomeada por meio da Portaria Nº 558, de 24 de Maio de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, publicada no Diário Oficial da União em 25 de Maio de 2020 e as testemunhas qualificadas e assinadas ao final do presente Termo, lavrado em conformidade com o disposto nos artigos 77 e 79 do Decreto-lei n.º 9.760, de 05 de setembro de 1946, e mediante autorização do Superintendente do Patrimônio da União no Piauí, exarada no Despacho decisório SEI Nº 3193/2020/ME (10829239), do processo em referência, de conformidade com a Portaria nº 83, de 29 de junho de 2010, publicada em 30/06/2010 no Diário Oficial da União nº 123, Seção 2, páginas 75 e 76. E, perante as mesmas testemunhas foi dito: **Cláusula Primeira** - que a **UNIÃO** é senhora e legítima proprietária do imóvel situado na Avenida Presidente Kennedy, S/N, Lote “D”, bairro Socopo, município de Teresina-PI, cadastrado no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet sob o RIP Imóvel 1219 00389.500-8 e RIP Utilização 1219 00390.500-3, objeto da matrícula nº 150.036 do Cartório do 2º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Teresina-PI, constituído de um terreno com área de 77.324,00m²; **Cláusula Segunda** - que o aludido próprio nacional, assim se descreve e caracteriza: Imóvel denominado Lote “D”, partindo do ponto 31A coordenadas UTM; zona 23M; Leste 747131,628m; Norte 9440818,834m; datum SAD69, com azimute 105° 24' 01", segue até o ponto 31B, medindo 308,22m com o Lote A1; Partindo do ponto 31B, com azimute 31° 47' 36", segue até o ponto 31C, medindo 9,65m com o Lote A1; Partindo do ponto 31C, com azimute 2° 46' 26", segue até o ponto 31D, medindo 70,00m com o Lote A1; Partindo do ponto 31D, com azimute 21° 3' 19", segue até o ponto 31E, medindo 30,56m com o Lote A1; Partindo do ponto 31E, com azimute 4° 45' 03", segue até o ponto 31F, medindo 7,69m com o Lote A1; Partindo do ponto 31F, com azimute 2° 35' 36", segue até o ponto 31G, medindo 167,14m com a Av. Presidente Kennedy; Partindo do ponto 31G, com azimute 272°



35' 49", segue até o ponto 31H, medindo 310,95m com o Lote A1; Partindo do ponto 31H, com azimuth 183° 47' 52", segue até o ponto 31A, medindo 213,98m com o Lote A1. Área: 77.324,00m². Perímetro: 1.118,19 metros, desmembrado de uma área de maior porção localizada no lugar denominado "São João e Centro", Data Covas, do município e Comarca de Teresina, no Estado do Piauí; **Cláusula Terceira** – que neste ato, a OUTORGANTE formaliza a Entrega à OUTORGADA, da administração, uso, conservação e demais responsabilidades sobre as despesas oriundas da unidade destinada à construção e instalação da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí – SR/PF/PI; **Cláusula Quarta** – que na forma prevista na Portaria SPU n.º 202 de 11 de novembro de 2015, a OUTORGADA fica obrigada a: I - apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, plano de trabalho para a promoção da acessibilidade, prevendo o início das obras e/ou intervenções no período de 2 (dois) anos, contados da data de assinatura do presente Termo, e manter a acessibilidade do prédio, nos termos da Lei n. 10.048, de 8/11/2000 e da Lei n. 10.098, 19/12/2000, regulamentadas pelo Decreto n. 5.296, de 2/12/2004, e conforme os critérios estabelecidos pela Norma 9050/2004 da ABNT, ou legislação que venha a substituí-los ou complementá-los; e II - remeter anualmente, à respectiva Superintendência do Patrimônio da União, relatório circunstanciado que comprove o adimplemento do encargo previsto; **Cláusula Quinta** – que a OUTORGADA se compromete a: I - adotar modelo de gestão organizacional e de processos estruturados na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal; II - implementar ações de eficiência energética nas edificações públicas e de boas práticas na gestão e uso de água, de acordo com as disposições da Instrução Normativa MP/SLTI n. 02, de 04 de junho de 2014 e as recomendações da Portaria MP n. 23, de 12 de fevereiro de 2015, ou legislação que vier a substituí-las ou complementá-las; III - implantar a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora, destinando-os à coleta seletiva solidária em cumprimento ao Decreto n.º 5.940, de 25 de outubro de 2006; **Cláusula Sexta** – que a OUTORGADA, a partir da assinatura do presente Termo fica obrigada a: I - desenvolver o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios PPCL, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias) dias, e a apresentar o respectivo laudo conclusivo de vistoria do corpo de bombeiros, no prazo de 2 (dois) anos; II - a obter a carta "habite-se" emitida pelo Poder Público Local, em 180 (cento e oitenta dias) dias e caso seja necessário, promover a adequação física no prédio, no prazo de 2 (dois) anos. Parágrafo único: O destinatário do imóvel deverá remeter, nos prazos previstos nesta cláusula, documentação comprobatória do adimplemento dos encargos à respectiva Superintendência do Patrimônio da União; **Cláusula Sétima** – que a OUTORGADA, nos casos em que houver contratação de execução de obras públicas, previamente autorizada pela Superintendência do Patrimônio da União, compromete-se a atender as determinações do Acórdão n.º 853/2013 TCU Plenário, que importam assunção de obrigação de fazer quanto: I - A inclusão de cláusulas em edital e contrato que estabeleçam a obrigação do contratante, em conjunto com a Administração Pública, providenciar, como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto: I.1. as "built" da obra, elaborada pelo responsável de sua execução; I.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás; I.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando a obra; I.4. carta de "habite-se", emitida pela Prefeitura; I.5. certidão negativa de débitos previdenciários, específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis; II - A exigência, junto à contratada, da reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia da obra, nos termos do art. 618 da Lei n.º 10.406/2002, c/c o Art. 69 da Lei n.º 8.666/93 e o Art. 12 da Lei n.º 8.078/90; III - A abstenção de realizar o recebimento provisório de obras com pendências, as quais deverão ser solucionadas pela construtora, nos termos do Acórdão n.º 853/2013 TCU Plenário; IV - A realização de avaliações periódicas da



qualidade das obras concluídas sob gestão própria, após seu recebimento, no máximo a cada doze meses, bem como a notificação do contratado quando defeitos forem observados durante o prazo de garantia quinquenal, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas; V - O ajuizamento de ação judicial caso os reparos não sejam iniciados pelo contratado; VI - O arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamento, termos de recebimento, contratos e aditamentos, diário de obras, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento da obra e notificações expedidas; **Cláusula Oitava** - que a OUTORGADA fica obrigada a manter atualizado o SPIUnet, ou os sistemas que vierem a substituí-lo, com: I - o cadastramento, mensuração, atualização e reavaliação do imóvel conforme normativos da SPU, para tanto se responsabilizando pelas despesas e corpo técnico necessários ao seu cumprimento; II - a inclusão do comprovante da entrega do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios PPCI ao Corpo de Bombeiros e o respectivo laudo conclusivo de vistoria do Corpo de Bombeiros; III - a inclusão da carta de "habite-se" emitida pelo Poder Público Local; IV - para quaisquer edificações que venham a ser realizadas no imóvel, ainda a inclusão do "as built" (ou desenho exatamente como construído na obra) elaborado pelo responsável por sua execução, e do Registro de Obra averbado no Cartório de Registro de Imóveis, e V - manter atualizados todos os licenciamentos bem como as autorizações, documentos e alvarás necessários ao funcionamento da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí - SR/PF/PI de que trata a Cláusula Terceira deste Termo bem como à rigorosa observância das normas legais e regulamentares aplicáveis; **Cláusula Nona** - que a OUTORGADA se compromete a apresentar a esta Superintendência, até a conclusão da obra, o Projeto de implantação do referido edifício-sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí - SR/PF/PI, detalhando o uso do imóvel, contendo planta baixa dos pavimentos bem como tabela de áreas das benfeitorias, com observância ao disposto na Portaria nº 241 de 20 de novembro de 2009, quanto à racionalidade do uso; **Cláusula Décima** - que na forma prevista no Decreto-lei n.º 9.760, de 1946 a presente Entrega é feita nas seguintes condições: a) cessada a aplicação, reverterá o próprio nacional à administração da OUTORGANTE, independentemente de ato especial; b) a entrega fica sujeita a confirmação 2 (dois) anos após a lavratura deste instrumento, cabendo à OUTORGANTE ratificá-la, através de apostilamento em livro próprio na SPU/PI desde que, nesse período, tenha o imóvel sido utilizado para os fins a que foi entregue (art. 79, § 1º); c) não será permitida a invasão, cessão, locação ou utilização do imóvel para fim diverso do que justificou a entrega (Art. 79, § 2º); d) qualquer ampliação ou alteração do imóvel entregue deve, obrigatoriamente, ser comunicada prévia e formalmente à SPU/PI, incumbindo a OUTORGADA, após a autorização, encaminhar a SPU/PI a documentação necessária à averbação no Cartório de Registro de Imóveis competente, bem como a certidão comprobatória de sua ocorrência; **Cláusula Décima primeira** - que verificado o descumprimento de quaisquer das condições mencionadas nas letras "a", "b", "c" e "d" da Cláusula Décima, serão fixadas as responsabilidades decorrentes dos fatos apurados, resguardados os imperativos legais e os preceitos da hierarquia funcional. Pelo representante da OUTORGADA, foi dito que RECEBE o imóvel identificado no presente instrumento na forma nele prescrita. E assim, por se acharem ajustados e contratados, assinam a União como OUTORGANTE e a Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí - SR/PF/PI, como OUTORGADA, através de seus representantes, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas e identificadas, presentes a todo ato, depois de lido e achado conforme o presente instrumento o qual é lavrado na Superintendência do Patrimônio da União no Piauí, valendo o mesmo como escritura pública, nos termos do art. 74 do Decreto-Lei 9.760, de 05 de setembro de 1946, c/c art. 102 inciso III do Decreto nº 9.745 de 8 de abril de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.072 de 2019, e em conformidade com o art. 31, inciso XX da lei nº 13.844, de 18 de



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

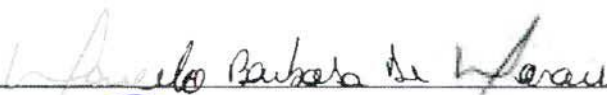
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ

LIVRO n.º 1

FOLHA N.º 168

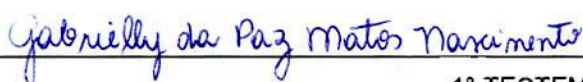
junho de 2019. E, eu,, Glauber Mazza Moraes, matrícula n.º 1657594, lavrei, em 2 (duas) vias o presente TERMO DE ENTREGA, que vai assinado e conferido pelo Superintendente do Patrimônio da União no Piauí, Sr. Marcelo Barbosa de Moraes.



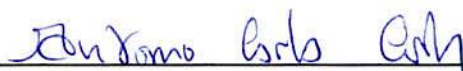
MARCELO BARBOSA DE MORAIS
Superintendente do Patrimônio da União no Estado do Piauí



MARIANA PARANHOS CALDERON
Superintendente Regional de Polícia Federal no Piauí



1.º TESTEMUNHA
CPF N.º



2.º TESTEMUNHA
CPF N.º